

2 DE ABRIL DE 2015

# Portugal e a Costa do Marfim: existe interesse em aprofundar a relação bilateral?

PAULO GORJÃO

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, Charles Diby, esteve em Portugal, entre 16 e 18 de Março, com o intuito de dar um novo impulso às relações bilaterais.<sup>1</sup> A visita, como acontece muitas vezes nestas ocasiões, teve uma dupla vertente: económica e político-diplomática.

Logo no primeiro dia da sua visita, Diby participou num seminário co-organizado pelo AICEP e pelo seu homólogo da Costa do Marfim, o CEPICI, com o objectivo de reforçar as relações económicas e comerciais entre os dois países. A Costa do Marfim é um exportador relevante de produtos agrícolas no continente africano e tem sectores de mineração e hidrocarbonetos promissores, os quais oferecem um enquadramento favorável aos investidores. Em paralelo, o regresso à estabilidade política acelerou o investimento interno e estrangeiro, o que impulsionou o comércio regional.<sup>2</sup> O crescimento económico da Costa do Marfim foi de 9,8% em 2012 e terá andado entre os 10% e os 12% em 2013 e 2014,<sup>3</sup>

o que está muito acima dos 6% que é a média dos países da África subsaariana.

Actualmente existem algumas empresas portuguesas com actividade na Costa do Marfim, sobretudo no sector da construção civil<sup>4</sup> e será, em circunstâncias normais, a área das obras públicas—tendo em conta o investimento público em curso em infra-estruturas—que despertará mais interesse em Portugal. Dito isto, as relações económicas e comerciais entre os dois Estados não têm muita expressão, pelo que, por um lado, tal significa que existe um enorme potencial de crescimento a médio e longo prazo, mas, por outro, no curto prazo não serão certamente a alavanca principal que sustentará a relação bilateral. Por outras palavras, Portugal tem um interesse indiscutível em aprofundar a sua diplomacia económica com a Costa do Marfim, mas nesta altura não é seguramente a prioridade principal.

Na relação bilateral, a Portugal interessa sobretudo explorar e aprofundar a vertente político-diplomática. Nessa medida, do ponto de vista do governo português, trata-se de uma boa notícia o desejo expresso por Diby de aprofundar a cooperação entre os dois países e a decisão anunciada publicamente de que a Costa do Marfim abrirá em breve uma embaixada em Lisboa. No encontro que manteve com o seu homólogo, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete,

1 Ver "Coopération Côte d'Ivoire-Portugal" (Ministério dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, 19 de Março de 2015); e, "Rui Machete recebe o ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim" (Governo de Portugal, 13 de Março de 2015).

2 "Moody's assigns first-time B1 issuer ratings to Government of Côte d'Ivoire; positive outlook" (*Moody's*, 8 de Julho de 2014).

3 "Portugal e Costa do Marfim – Reforço das Relações Económicas e Comerciais" (AICEP: Governo de Portugal, 16 de Março de 2015).

4 "Costa do Marfim vai abrir embaixada em Lisboa" (*Lusa*, 17 de Março de 2015).



prometeu reabrir a representação diplomática de Portugal em Abidjan o mais rapidamente possível,<sup>5</sup> o que certamente nunca acontecerá antes de 2016, na melhor das hipóteses.

Indiscutivelmente, a África Austral é a região mais importante para Portugal na África Subsaariana. Isto dito, não tendo o mesmo peso político-diplomático, a África Ocidental tem de qualquer modo uma relevância significativa no âmbito da política externa portuguesa. Por uma razão muito simples: está no centro de importantes interesses directos e indirectos de Portugal e de alguns dos seus principais parceiros africanos e europeus.

Acresce que a localização geográfica de Cabo Verde e da Guiné-Bissau na África Ocidental é, por si só, razão mais do que suficiente para que esta região seja importante para Portugal. Estes dois Estados, por razões históricas, culturais, políticas e económicas, são importantes para Portugal, bem como para a diplomacia dos restantes países de língua oficial portuguesa, com particular destaque para Angola.<sup>6</sup> Portugal tem, por isso, interesses directos e indirectos em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Um e outro são importantes, por si só, para Portugal, mas também porque são relevantes para terceiros, tanto na África Ocidental como fora dela. Em sentido contrário, se a região é importante para parceiros relevantes de Portugal, nomeadamente para os países de língua oficial portuguesa, bem como para alguns parceiros europeus—Espanha, França, Reino Unido, entre outros—, nesse caso também o deve ser para Portugal, dando corpo a uma espécie de estratégia de tenaz.

Portugal tem todo o interesse, no âmbito de uma estratégia mais alargada, em diversificar as suas relações diplomáticas na África subsaariana, nomeadamente na África Ocidental. Como referi noutra contexto,<sup>7</sup> as relações político-diplomáticas e económicas de Portugal com os países da África subsaariana estão excessivamente centradas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Seria mutuamente benéfico, para Portugal e para os PALOP—mas também para a União Europeia—, se a diplomacia portuguesa conseguisse aprofundar as suas relações bilaterais com alguns parceiros cruciais na África Ocidental, como é o caso da Costa do Marfim, entre outros.

Assuntos de interesse comum, aliás, não faltam: a instabilidade na África Ocidental, no Sahel e no Golfo da Guiné, associada a fenómenos como o vírus do Ébola, o terrorismo e a pirataria, oferecem um vasto cardápio de oportunidades para a cooperação bilateral. Depois da visita de Diby, é Portugal quem tem a responsabilidade de prosseguir o esforço de aproximação. Se houver vontade política, naturalmente.

5 "Cooperação Côte d'Ivoire-Portugal" (Ministério dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, 19 de Março de 2015). Refira-se, adicionalmente, que no início do ano, Rui Machete anunciou a abertura em 2015 de novas embaixadas no Azerbaijão, Cazaquistão, Guiné Equatorial, Panamá e Quênia, e um novo consulado em Cantão, na China. Ver "Portugal vai abrir embaixadas e representações diplomáticas em seis países" (*Lusa*, 6 de Janeiro de 2015).

6 Ver Gustavo Plácido dos Santos, "A centralidade geopolítica subsaariana no desenvolvimento e consolidação institucional da Guiné-Bissau" (*IPRIS Comentário*, No. 20, 1 de Abril de 2015).

7 Paulo Gorjão, "Portugal and Ghana: The Gateway to West Africa?" (*IPRIS Viewpoints*, No. 113, Janeiro de 2013).

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)  
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa  
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>  
email: [ipris@ipris.org](mailto:ipris@ipris.org)

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Parceiros



Mecenas

